

# TERMO DE CONSENTIMENTO PARA TRATAMENTO DE DADOS

## 1. Introdução

O presente Termo de Consentimento tem por finalidade informar ao Beneficiário sobre o tratamento de seus dados pessoais e dados pessoais sensíveis realizado por meio do Sistema 1Doc, utilizado pela FUNSERV - Fundação da Seguridade Social dos Servidores Públicos Municipais de Sorocaba, para fins de gestão administrativa, previdenciária e assistencial em saúde.

Ao acessar e utilizar o sistema, o Beneficiário declara estar ciente e de acordo com as condições estabelecidas neste termo, especialmente quanto à forma e às finalidades do tratamento de seus dados.

## 2. Dados Tratados

O sistema poderá tratar, de forma automatizada ou manual, os seguintes tipos de dados:

- Dados pessoais: nome completo, RG, CPF, número de matrícula, data de nascimento, endereço, telefone, e-mail, dados funcionais, dados bancários, entre outros dados necessários à execução das atividades da FUNSERV.
- Dados pessoais sensíveis: informações referentes à saúde (exames, diagnósticos, laudos médicos, prontuários, histórico de atendimentos e procedimentos), quando indispensáveis à prestação de serviços assistenciais e previdenciários, dados de dependentes menores de idade, raça, entre outros dados necessários.

## 3. Finalidade de tratamento

Os dados pessoais e sensíveis poderão ser utilizados para as seguintes finalidades:

- Identificação e autenticação do beneficiário no sistema;
- Emissão de guias e autorizações para consultas, exames, cirurgias e demais procedimentos médicos;
- Realização de cotações e análises relacionadas a OPME (Órteses, Próteses e Materiais Especiais) e outros materiais ou serviços de saúde;
- Gestão de processos previdenciários, incluindo concessão de benefícios, aposentadorias, pensões e demais obrigações legais da FUNSERV;
- Fins financeiros, como ressarcimentos, pagamentos e controle de benefícios;
- Elaboração de estatísticas internas, estudos e relatórios institucionais, com dados anonimizados sempre que possível;
- Atualização e correção cadastral de dados previdenciários;
- Processos de prestação de contas e auditoria interna;
- Formalização de contratos e controle financeiro;

- Cumprimento de obrigações legais, fiscais e de transparência pública
- Atendimento a obrigações legais e regulatórias, conforme a Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e demais normas aplicáveis.

#### 4. Base legal

O tratamento dos dados pessoais e sensíveis ocorre com fundamento na Lei nº 13.709/2018, especialmente nos arts. 7º e 11, conforme as hipóteses legais aplicáveis à gestão administrativa, previdenciária e assistencial em saúde:

- **Execução de políticas públicas**, conforme art. 7º, inciso III, e art. 11, inciso II, alínea “b”, da LGPD, que autorizam o tratamento de dados pessoais e sensíveis pela administração pública quando necessário à execução de políticas públicas previstas em leis, regulamentos ou instrumentos congêneres.
- **Cumprimento de obrigação legal ou regulatória**, conforme art. 7º, inciso II, e art. 11, inciso II, alínea “a”, da LGPD, que permitem o tratamento quando necessário para atender a obrigação legal ou regulatória pelo controlador.
- **Tutela da saúde**, conforme art. 7º, inciso VIII, e art. 11, inciso II, alínea “f”, que autorizam o tratamento de dados pessoais sensíveis, inclusive os relativos à saúde, exclusivamente por profissionais, serviços de saúde ou autoridades sanitárias, para proteção e promoção da saúde.
- **Execução de contrato, convênio**, com base no art. 7º, inciso V, da LGPD, que autoriza o tratamento quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular.
- **Tratamento para fins de estudos e estatísticas**, conforme art. 7º, inciso IV, e art. 11, §2º, inciso II, da LGPD, que permitem o uso de dados pessoais e sensíveis para fins de pesquisa ou produção de estatísticas, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados.

Em todas as hipóteses, o tratamento é realizado observando os princípios de finalidade, necessidade, adequação, segurança, prevenção e transparência previstos no art. 6º da LGPD, além dos Decretos Municipais nº 28.838/2023 e nº 29.075/2024, que regulamentam a aplicação da Lei no âmbito do Poder Executivo Municipal de Sorocaba.

#### 5. Compartilhamento de dados

Os dados poderão ser compartilhados, somente quando necessário, com:

- Órgãos e entidades públicas, quando necessário ao cumprimento de obrigações legais ou à execução de políticas públicas;
- Prestadores de serviços contratados, que atuem como operadores de dados, mediante contrato e sob instruções do controlador, conforme o art. 39 da LGPD;
- Profissionais de saúde e instituições conveniadas, quando indispensável à tutela da saúde do titular;
- Autoridades competentes, em casos de auditoria, fiscalização ou requisição judicial.

A FUNSERV garante que qualquer compartilhamento ocorrerá mediante a adoção de medidas que visam a proteção e a confidencialidade dos dados, exigindo que os terceiros cumpram a legislação aplicável.

Não há compartilhamento para fins comerciais, publicitários ou incompatíveis com as finalidades declaradas.

## **6. Segurança, Armazenamento e Confidencialidade**

Os dados pessoais são tratados de forma segura, ética e confidencial, adotando-se medidas técnicas e administrativas capazes de proteger contra acessos não autorizados, destruição, perda, alteração ou divulgação indevida, em conformidade com o art. 46 da LGPD.

O operador responsável pelo sistema compromete-se a seguir protocolos de segurança da informação, criptografia, controle de acesso e demais práticas alinhadas às diretrizes da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e da Política Municipal de Proteção de Dados.

Os dados serão armazenados pelo período necessário ao cumprimento das finalidades descritas, observando os prazos legais de guarda de documentos públicos e os princípios da administração.

## **7. Direitos do titular**

O beneficiário (titular dos dados) poderá exercer seus direitos previstos no art. 18 da LGPD, incluindo:

- Confirmação da existência de tratamento;
- Acesso, correção e atualização de dados;
- Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários ou excessivos;
- Informação sobre compartilhamento de dados;
- Revogação do consentimento, quando aplicável.

Os pedidos poderão ser realizados pelos canais oficiais da FUNSERV, como a Ouvidoria ou o Fale Conosco, conforme o art. 41 da LGPD.

## **8. Atualizações**

Este Termo poderá ser atualizado periodicamente, sempre que houver alterações legislativas, tecnológicas ou operacionais que impactem o tratamento de dados. A versão vigente estará disponível no próprio sistema.

## **9. Consentimento**

Ao clicar em “EU ACEITO E CONCORDO”, o Beneficiário manifesta sua ciência e aceite inequívoco com todos os termos e condições estabelecidos neste documento, bem como com a forma e as finalidades de tratamento de seus Dados Pessoais e Dados Pessoais Sensíveis.

O Beneficiário reconhece que o tratamento de seus dados é realizado em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), tendo como bases legais primárias:

- A execução de políticas públicas e a prestação de serviços nas áreas de Saúde e Previdência, conforme as atribuições legais do Órgão, nos termos do art. 7º, III, e art. 11, II, “b”, da LGPD;
- O cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo Órgão, conforme o art. 7º, II, e art. 11, II, “a”, da LGPD.

Não obstante as bases legais acima, e para as finalidades que assim o exijam, o Beneficiário:

- Manifesta seu consentimento expresso para o tratamento de seus Dados Pessoais e Dados Pessoais Sensíveis nas estritas finalidades descritas na Cláusula 2 (Finalidades e Uso dos Dados).

O Beneficiário declara ciência de que o Órgão Controlador e o Sistema Contratado (Operador) poderão tratar seus dados com base em outras hipóteses legais previstas na LGPD, como a proteção da vida ou da incolumidade física (art. 7º, VII), a tutela da saúde (art. 7º, VIII; art. 11, II, “f”), e o legítimo interesse da administração pública (art. 23, I), ainda que sem necessidade de novo e específico consentimento.

O consentimento poderá ser revogado a qualquer momento, mediante solicitação formal, nos termos do art. 8º, §5º, da LGPD.

**AO CLICAR EM “EU ACEITO E CONCORDO”, O BENEFICIÁRIO CONFIRMA SUA CIÊNCIA E SEU CONSENTIMENTO PARA O TRATAMENTO DE SEUS DADOS PESSOAIS E SENSÍVEIS CONFORME AS FINALIDADES AQUI DESCRITAS.**